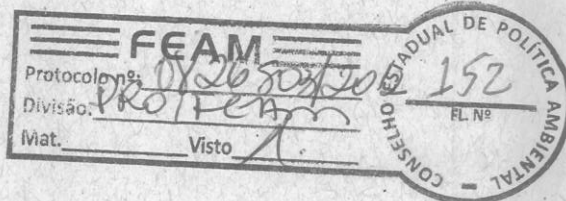




Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA	
PROCESSO nº 11919/2005/001/2005 AI Nº 15017/2005	RECURSO
NATUREZA INFRAÇÃO: LEVE E GRAVÍSSIMA	PORTE EMPREENDIMENTO: PEQUENO

RELATÓRIO

A Prefeitura em epígrafe foi autuada por cometer duas infrações tipificadas no art. 19, §1º, item 2 e §3º, item 6 do Decreto 39.424/1998, alterado pelo Decreto 43.127/2002, ou seja, por "deixar de atender a DN 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo artigo 2º da referida deliberação" e, por "causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósito a céu aberto - lixo".

Em razão da autuação foi aplicada as penalidades de multa simples de R\$251,00, e de multa no valor de R\$ 10.001,00, sendo que foi apresentado e indeferido o Pedido de Reconsideração, além da assinatura de TAC com possibilidade de conversão do valor da multa aplicada, que não foi cumprido pelo recorrente, conforme Parecer Técnico GESAN Nº 326/2009.

Inconformada com a decisão de manutenção das multas, o Município protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- o problema de implantação/estrututuração do aterro de resíduos é de âmbito nacional onde quase sua totalidade se enquadra na decadência da não estruturação do aterro necessário;
- que firmou Termo de Cooperação Técnica nº 04/2011 com o Governo de Minas Gerais que visa viabilizar e acelerar o processo de implantação do Aterro Sanitário;
- apresenta relatórios de acompanhamento de operação do aterro controlado comprovando o cumprimento das orientações.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão da Câmara de Atividade de Infra-Estrutura do COPAM e do Presidente da FEAM que culminaram na aplicação de multas, posteriormente, analisadas e mantidas.

Desta feita, a infração restou plenamente caracterizada, haja vista que a área técnica da FEAM constatou, *in loco*, nas vistorias dos dias 30/11/2004; 09/05/2006 e do dia 25/03/2008, o descumprimento das normas ambientais, em especial o artigo 2º da Deliberação Normativa nº 52/01.

Consta dos autos o Parecer Técnico GESAN nº 326//2009 que confirma o descumprimento das normas ambientais e do TAC firmado pelo Município.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores de aplicação de multas, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA, pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**.

Sugerimos ainda e considerando que o autuado não cumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, remetemos os autos a **Presidente da FEAM** para notificar o autuado do descumprimento do Termo, além da incidência das multas aplicadas atualizadas, a multa diária de R\$300,00, perfazendo o valor de **R\$9.000,00**, a ser atualizada, sem prejuízo das demais implicações previstas no Termo, no prazo de 20 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado.

O valor total da multa diária foi calculado a partir do término do prazo de 120 dias para que o Município comprovasse o cumprimento das obrigações pactuadas no TAC, até o prazo de 30 dias a contar daquela data, conforme orientação da Advocacia Geral do Estado.

É o parecer. *s,m,j.*

Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG38.838 – MASP 1043754-9
Procuradoria da FEAM